Votações começam hoje; "lobbies" prometem pressionar

Da Sucursal de Brasília

CONSTITUINTE 87

Milhares de pessoas levadas a Brasília por sindicatos, associações, entidades e "lobbies" dos mais diversos deverão lotar o Congresso a partir de hoje e durante todo o fim-de-semana, quando serão votados os relatórios das oito comissões do Congresso constituinte. A votação do texto da Comissão da Ordem Econômica —onde se concentram as maiores polêmicas— será realizada no plenário da Câmara dos Deputados, já que a Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag) promete levar setecentas pessoas e a União Democrática Ruralista (UDR) duas mil, para defenderem suas posições sobre a reforma agrária.

Segundo o vice-presidente da UDR, Roosevelt Roque dos Santos, os dois mil proprietários rurais deverão contrapor-se, em aplausos e vaias, nas galerias, aos setecentos trabalhadores rurais que o diretor da Contag, André Montalvão, garante que a entidade, juntamente com federações e sindicatos, levará ao Congresso. Se estes números se confirmarem, nem as galerias da Câmara —que comportam um público de pouco mais de mil pessoas— serão suficientes.

Além da Contag, a Central Única dos Trabalhadores (CUT) e o Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar (Diap) organizaram caravanas de sindicatos de trabalhadores. Segundo o vice-presidente da CUT e deputado federal Paulo Paim (PT-RS), delegações de pelo menos quinze Estados irão a Brasília.

Votação

Das oito comissões, três já marcaram o início da votação dos relatórios para as 20h30: as comissões da Soberania; da Família; e a da Organização dos Poderes. As outras outras cinco marcaram suas votações para o período da tarde, mas há quase um consenso no Congresso que nenhuma comissão iniciará a votação antes do começo da noite.

Antes da votação, haverá um prazo para o recebimento de pedidos de destaque, que deverá consumir toda a manhã e a tarde de hoje. Cada artigo pode ser objeto de um pedido de destaque. O pedido automaticamente implica que o artigo destacado será votado em separado, à parte do conjunto do relatório. Além disso, cada emenda rejeitada pelo relator pode ser destacada, o que obriga a sua votação. Quanto mais pedidos de destaque, mais as votações se estenderão, o que poderá fazer com que o prazo estabelecido para o final das votações (a noite de domingo) não seja respeitado, esticando-se os trabalhos até a segunda-feira.

Na próxima terça-feira, recebidos os relatórios aprovados nas oito comissões, começa o trabalho da Comissão de Sistematização. Ela terá prazo até 15 de julho para redigir um projeto de Constituição.

USP diz que o seminário pedido por Sarney é "livre"

Da Reportagem Local

O simpósio sobre transição política que a Universidade de São Paulo promove a partir de terça-feira é "livre". A afirmação é da cientista política Eunice Ribeiro Durham, uma das organizadoras do seminário, respondendo ao fato de o encontro ter sido pedido pelo presidente José Sarney ao reitor da USP, o físico José Goldemberg. "A USP sempre manteve uma postura independente frente aos governos e não vai ser nesse simpósio que ela deixará de agir assim", disse Durham.

A cientista política disse ontem que o simpósio mostra a "relevância de uma reflexão acadêmica e do papel da universidade para a análise e encaminhamento dos problemas nacionais". O presidente pretende chegar a fórmulas de viabilização de um pacto político-social através do debate acadêmico.

Para Eunice Durham, será uma oportunidade para um "enriquecimento da nossa experiência acadêmica". Os debates não serão abertos ao público. Acontecerão no salão de reuniões do Conselho da Reitoria da USP, com capacidade para cerca de cem pessoas —convidadas pelos organizadores. Um relatório final com as principais propostas surgidas será entregue ao presidente Sarney, entre os próximos dias 25 e 27, pelo reitor Goldemberg e pelos relatores das várias estapas do seminário.

Soberania

Bisol cede às pressões e troca termo

O relator da Comissão de Soberania e dos Direitos e Garantias do Homem e da Mulher, senador José Bisol (PMDB-RS), de centro-esquerda, trocou ontem, no texto do seu relatório, a expressão "orientação sexual", que impedia a discriminação contra homossexuais, por "orientação de comportamento". A mudança foi feita em função da pressão exercida junto ao relator pelos parlamentares evangélicos que integram a comissão.

O texto do relatório de Bisol, antes da mudança, dizia: "Ninguém será privilegiado ou prejudicado em razão do nascimento, etnia, raça, cor, idade, sexo, orientação sexual, estado civil, natureza do trabalho, religião, convicções políticas ou filosóficas, deficiência física ou mental, ou qualquer outra condição social ou individual".

Novo relatório

No novo relatório, o artigo foi trocado por:"...não será tolerada nenhuma desigualdade de tratamento por diferença de pessoas, especialmente as de condição social ou individual, as físicas ou mentais, congenitas ou adquiridas e as de opção e orientação individual de comportamento, atitude ou hábito, seja quais forem as razões em que se baseiam, tais como etnia, raça, cor, sexo e suas formas privadas de realização, nascimento, idade, estado civil, natureza de trabalho, religião e convicções étnicas, políticas e filosóficas".

. Representantes do grupo homossexual Triângulo Rosa, que circulavam ontem pelo Congresso, não ficaram satisfeitos com a troca de expressões. Acham que a manutenção das palavras "orientação sexual" lhes garantiria a ausência de preconceito, enquanto que "orientação de comportamento" pode dar margem a outras interpretações. "Tennho certeza que os homossexuais vão aceitar o texto", dizia, confiante, José Bisol.

Aborto

Além dessa mudança, José Bisol retirou do seu relatório um outro artigo que era combatido pelos evangélicos. O texto suprimido dizia que "a vida intra-uterina é de responsabilidade da mulher". Com isso, a definição sobre a legalidade ou não do aborto era remetida para a legislação ordinária, que só será elaborada após a aprovação e promulgação da nova Constituição. Com essa segunda mundaça, a questão do aborto, antes tratada em duas comissões, constará apenas do texto do relatório da Comissão de Família e Educação, cujo relator é o deputado Artur da Távola (PMDB-RJ).

Pontos polêmicos

1. Definição do conceito de propriedade
2. Pena de morte

Ordem Econômica

Delfim diz que existe 80% de consenso

"Temos posições convergentes em cerca de 80% dos casos. Mas, nos 20% restantes, só mesmo o voto para definir qual o grupo que sairá vencedor", disse ontem o deputado Delfim Netto (PDS-SP), de direita, comentando o ambiente em torno da votação dos projetos apresentados na Comissão da Ordem Econômica. O início do processo de votação está previsto para hoje, às 15h. "Não se impressionem com a surpresa, mas muita gente do PMDB votará contra o parecer do senador Severo Gomes (relator da comissão)", afirmou Delfim.

Durante toda a tarde de ontem, Delfim se reuniu com os deputados Afif Domingos (PL-SP), de centro-direita, Marcos Lima (PMDB-MG), de centro, e Gilson Machado (PFL-PE), de direita, além do senador Irapuan Costa Jr. (PMDB-GO), de direita. Segundo Afif, "não abrimos mão de uma coisa: queremos a total moralização da administração pública, razão pela qual vamos batalhar pela aprovação de uma emenda que exige o concurso público em todos os níveis, federal, estadual e municipal".

Delfim Netto entende que já existe consenso sobre um item: a manutenção do monopólio estatal na área do petróleo, inclusive com a sua extensão ao gás natural. Na questão da reforma agrária, porém, ainda restam muitas divergências. "Nesse tema, só mesmo no voto", disse ele. O deputado afirmou ainda que "é fundamental que a Constituição permita o direito de defesa para quem foi desapropriado. Esse é um dos princípios elementares: o direito de recorrer".

Lula Marques-1º Abr.87

O senador Severo Gomes (PMDB-SP)

Entre os funcionários da Comissão da Ordem Econômica existe uma grande expectativa em relação ao ritmo final de trabalhos na comissão. Eles estão preocupados que a decisão do presidente do Congresso constituinte, deputado Ulysses Guimarães, de autorizar a votação de destaques ao substitutivo do relator, às emendas oferecidas ao substitutivo e às emendas oferecidas aos anteprojetos aprovados nas subcomissões, torne todo o processo muito moroso.

Pontos polêmicos

1. Reforma agrária
2. Intervenção do Estado

Mitterrand abre o 37º Salão de Aeronáutica e Espaço em Paris

DALTON MOREIRA
Enviado especial a Paris

Foi aberto ontem, no antigo aeroporto de Le Bourget, em Paris, pelo presidente da França, François Mitterrand, o 37º Salão Internacional eronáutica e Espaço, que reúne a cada dois anos empresas de todo o mundo com os produtos mais avançados no setor. São 31 países com 1.465 expositores, que estarão mostrando durante 10 dias a clientes potenciais e a um público de cerca de 350 mil pessoas o que existe na mais avançada tecnologia aeroespacial.

A Empresa Brasileira de Aeronáutica (Embraer) e a Avibrás Aero Espacial, ambas sediadas em São José dos Campos (85 km a nordeste de São Paulo), são as indústrias nacionais que dão maior destaque à delegação do Terceiro Mundo presente a esse importante evento internacional. O diretor-superintendente da Embraer, Ozilio Carlos da Silva, explicou que existe uma grande expectativa de que na próxima segunda-feira seja assinada uma carta de intenções que permitirá a primeira venda de aeronaves Brasília (de transporte aéreo regional) para a Itália. Na terça-feira, deverão ser recepcionados para um almoço, no chalé da Embraer, militares franceses que estão fazendo a avaliação da aeronave de treinamento militar T-27, o Tucano, na base aérea de Monte Marson, no sul do país.

No domingo pela manhã, o vice-presidente da Air Itália, Gian Domenico Canseli, deverá anunciar em uma entrevista os primeiros programas de promoção a nível internacional do caça-bombardeiro subsônico AMX, fabricado por essa empresa junto com a Embraer e a Aer Macchi. Canseli foi escolhido no início dessa semana presidente da AMX Internacional, sediada em Londres, que deverá ser responsável pela comercialização da aeronave na Europa, cuja fabricação deverá ter início no Brasil ainda este ano. O coronel Rogério Passos, deverá ser o representante da Embraer na diretoria da nova indústria.

A Avibrás também receberá, em seu estande no pavilhão quatro do salão de Le Bourget, delegações árabes e chinesas interessadas em seus produtos, como, por exemplo, o sistema lançador múltiplo de foguetes Astros II. Trata-se de um armamento composto de plataformas e lançadores de foguetes controlados por computadores e que vem sendo utilizado amplamente na guerra entre o Irã e o Iraque. Até o final dessa semana a empresa estará completando uma carteira de US$ 1 bilhão com quatro países do mundo árabe. O ministro das Relações Exteriores do Brasil, Roberto de Abreu Sodré, deverá participar amanhã, no estande da Avibrás, de um almoço que o primeiro-ministro francês, Jacques Chirac, oferecerá às autoridades presentes na feira.

Organização eleitoral

Prisco quer fidelidade partidária

Apesar de o relator da Comissão da Organização Eleitoral, deputado Prisco Viana (PMDB-BA), ter incluído em seu substitutivo o princípio da fidelidade partidária (segundo o qual o parlamentar que não seguir a orientação fixada por seu partido poderá perder o mandato), e conte com o apoio do PMDB na questão, a votação que se inicia hoje, a partir das 9h30, será marcada pela divergência dos pequenos partidos, como o PT, PC do B e PTB, quanto ao tema. Todos estes partidos apresentaram emendas contra a fidelidade partidária.

"Sou contra a fidelidade. Se dermos força ao partido político, ele vai ter uma diretriz que faça o filiado cumprir deveres e obrigações em relação ao partido", disse o deputado Francisco Rossi, 47, (PTB-SP), de centro, que foi o relator da subcomissão do Sistema Eleitoral e Partidos Políticos, e que apresentou emenda ao substitutivo de Prisco, a ao substitutivo de Prisco, retirando a proposta. Os deputados José Genoino (PT-SP), Paulo Delgado (PT-MG) e Lídice da Mata (PC do B-BA) também apresentaram emendas contra a fidelidade partidária.

Pontos polêmicos

1. Papel constitucional das Forças Armadas
2. Sistema de voto: distrital ou proporcional

Sistema Tributário, Orçamento e Finanças

Interesses regionais geram impasse

A divisão entre os membros da Comissão de Sistema Tributário, Orçamento e Finanças, que já vinha se desenhando durante toda a semana, ontem acentuou-se ainda mais. Em lugar da discussão sobre o sistema financeiro que polarizou o debate até aqui, está se armando um impasse em torno de tributação e finanças, em função de interesses regionais.

Os constituintes do Norte e Nordeste se prepararam especialmente para ganhar a maior parte dos tributos e das receitas orçamentárias do país, e esperam algo como a quadruplicação de suas receitas. Isso só pode ser feito às custas de retirar receitas da União e dos Estados do Sul.

As discussões sobre o sistema financeiro, que vinham sendo o centro dos debates, diminuíram bastante com a apresentação do substitutivo do relator, o deputado José Serra (PMDB-SP), de centro-esquerda. Até mesmo membros da subcomissão de Sistema Financeiro, como o deputado José Carlos Vasconcelos (PMDB-PE), de centro-esquerda, admitiam que o relatório apresentado é bom, e deve ser aprovado praticamente sem alterações.

No início dos trabalhos, pouca gente percebeu a concentração de deputados nortistas e nordestinos na comissão. Eles são 29 de um total de 63 membros. Isso quer dizer que com apenas três votos a mais terão maioria absoluta. Assim, propostas como a obrigatoriedade de que o Orçamento da União seja feito dispondo os recursos em função inversa da renda per capita, o que levaria a participação do Nordeste de 11 para 40% no Orçamento Fiscal e de 20 para 80% no Fundo de Participação dos Estados, podem ser aprovadas.

Os grandes perdedores com essa nova proposta seriam os Estados do Sul, principalmente o Rio Grande do Sul, que vive hoje em grande dificuldades. Por isso, os governadores de Santa Catarina, Rio Grande do Sul e o vice-governador do Paraná vieram para Brasília e estão se reunindo com as bancadas. Em reunião ontem à noite alguns deputados chegaram a propor derrubar todo o parecer de Serra e nomear outro relator.

Emenda

Uma emenda apresentada pelo senador Affonso Camargo (PMDB-PR), de centro, ao relatório da comissão, amplia a imunidade tributária —que já beneficia os livros, jornais e periódicos, bem como o papel utilizado em sua impressão— aos insumos que contribuem para a formação do preço final destes bens culturais. Caso a emenda seja aprovada, ficarão isentos de impostos produtos como, por exemplo, a tinta utilizada na impressão de publicações.

Pontos polêmicos

1. Distribuição dos recursos entre União, Estados e municípios
2. Autorização para bancos estrangeiros operarem no país

Ordem Social

Sindicatos preparam sua atuação

O movimento sindical, através das centrais, federações e confederações nacionais de trabalhadores, pretende divulgar a partir de segunda-feira, em todo o país, o nome dos deputados e senadores que votarem neste fim-de-semana contra as propostas defendidas pelos sindicatos como "de interesse dos trabalhadores" na Comissão da Ordem Social. A estratégia, segundo o vice-presidente da Central Única dos Trabalhadores (CUT), deputado Paulo Paim (PT-RS), é garantir a aprovação das emendas que visam "aperfeiçoar" o anteprojeto do senador Almir Gabriel (PMDB-PA), apresentadas por constituintes ligados aos sindicatos.

Na votação da Ordem Social, o movimento sindical repete uma estratégia utilizada no ano passado nas eleições de 15 de novembro, quando divulgaram em todo o país, através das entidades sindicais, perfil de todos os parlamentares candidatos a uma vaga no Congresso constituinte. Elaborado pelo Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar (Diap), o "Quem é Quem" avaliou o comportamento dos parlamentares nas principais votações de interesse dos trabalhadores.

Pontos polêmicos

1. Estabilidade no emprego
2. Direito de greve

Família, Educação e Cultura

Votação será 'tensa', diz Gadelha

A Comissão da Família, Educação, Ciência, Tecnologia e Comunicação inicia hoje, segundo seu presidente, senador Marcondes Gadelha (PFL-PB), de centro, uma votação "muito tensa" do substitutivo do relator, deputado Artur da Távola (PMDB-RJ), de centro-esquerda. Para Gadelha, três temas provocarão esta tensão: reserva de mercado, verbas públicas só para o ensino público e a criação do conselho nacional de comunicação, que entre outras coisas regularia a concessão de canais de rádio e TV.

"Vamos ter que negociar para conseguir avanços nessas três áreas", disse o deputado Hermes Zanetti (PMDB-RS), centro-esquerda, um dos coordenadores de um grupo de parlamentares que forma o bloco "progressista" da comissão. Já prevendo um acirrado debate, Zanetti afirmou que poderá ceder em alguns pontos, como propor que algumas medidas sejam adotadas apenas temporariamente. Ele mandou uma emenda a Távola estipulando que as verbas públicas sejam destinadas ao ensino público "somente até o ano 2000". Ao todo foram enviadas 873 emendas ao relator, que ontem passou o dia isolado para terminar seu substitutivo.

As votações se estenderão por todo o final da semana. Segundo Gadelha, "não haverá atraso".

Pontos polêmicos

1. Conselho de comunicações
2. Reserva de mercado

Organização do Estado

Richa inclui Estado do Tocantins

O relator da Comissão da Organização do Estado, senador José Richa (PMDB-PR), de centro, incluiu nas disposições transitórias do substitutivo que começa a ser votado hoje, às 15h, a criação do Estado do Tocantins, resultante do desmembramento do Estado de Goiás. Ainda nas disposições transitórias, Richa criou a Comissão de Redivisão Territorial do País, com cinco integrantes do Poder Legislativo e cinco do Poder Executivo, para estudar a viabilidade de criação dos Estados de Santa Cruz (Bahia), Trângulo Mineiro (Minas), Maranhão do Sul (Maranhão), Juruá (AM) e Tapajós (PA), além da recriação do Estado da Guanabara e transformação dos territórios de Roraima e Amapá em Estados.

O relatório de José Richa estabelece que 180 dias após a promulgação da nova Constituição, será realizada consulta popular em sessenta municípios do norte do Estado de Goiás —futura área do Tocantins— para saber se a população é favorável ao novo Estado. Caso o plebiscito seja positivo, o presidente da República deverá nomear o primeiro governador do novo Estado que, até a instalação da Assembléia Legislativa, poderá legislar por decreto.

José Richa não atendeu solicitação dos onze constituintes do Distrito Federal para que não coincidisse a eleição para governador de Brasília com a do presidente da República. Mas ouviu sugestão no sentido de aumentar o número de representantes no Legislativo do DF, que se chamará Câmara Legislativa.

Pontos polêmicos

1. Criação de novos Estados
2. Grau de autonomia do Distrito Federal

Freire acerta aumento do orçamento do Mirad

Da Sucursal de Brasília

O ministro da Reforma e do Desenvolvimento Agrário, Marcos Freire, acertou ontem com o ministro Aníbal Teixeira, do Planejamento, um aumento de mais de 10% do orçamento do Mirad para o próximo ano. Freire admitiu a possibilidade de rever as metas contidas no Plano Nacional de Reforma Agrária,

Durante a posse do novo presidente do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), José Eduardo Raduan, ocorrida ontem, Freire disse esperar que Raduan analise as metas do plano de reforma agrária "para que possamos dizer ao público o que podemos fazer". O ex-presidente do Incra, Ruben Ilgenfritz, afirmou que "precisamos abandonar o discurso e passar para a prática política".

Fenaj faz apelo a favor do diploma obrigatório

Da Sucursal de Brasília

O presidente da Federação Nacional dos Jornalistas, Armando Rollemberg, 35, apelou ontem aos jornalistas credenciados no Congresso constituinte para que "utilizem a influência que têm sobre os parlamentares" para barrar a "ameaça" do fim da obrigatoriedade do diploma para o exercício da profissão de jornalista, contida no parecer do senador José Paulo Bisol, relator da Comissão da Soberania e dos Direitos e Garantias do Homem e da Mulher.

Acompanhado do presidente do Sindicato dos Jornalistas Profissinais do Distrito Federal, Max Torres, Rollemberg visitou e discursou nos comitês de imprensa da Câmara, do Senado e do Palácio do Planalto. Os sindicalistas coletaram 101 assinaturas dos 518 jornalistas credenciados naqueles comitês em um abaixo-assinado, entregue no gabinete do senador Bisol, em que "manifestam seu repúdio" ao texto do relator.

Rollemberg e Torres argumentaram que a dispensa do diploma para se exercer a profissão de jornalista "desregulamentará a profissão e extinguirá conquistas históricas como o piso salarial, a jornada de trabalho, o adicional por hora extra e a aposentadoria especial". O senador Bisol, que não quis receber os dirigentes sindicais, afirmou que essa interpretação de sua proposta está "equivocada". "O fim do regime de exclusividade para o exercício de determinadas profissões nada tem a ver com o fim das conquistas trabalhistas da categoria", disse.

Alagoas - A Assembléia Legislativa de Alagoas recebeu ontem uma emenda à Constituição do Estado, de autoria do deputado estadual Sabino Romariz (PDT), propondo o fim da remuneração aos cargos de governador, vice-governador, secretários de Estado e parlamentares alagoanos. Também ontem, o deputado estadual João Neto (PSB) propôs uma remuneração simbólica para estes cargos.

Caso Paiva - O secretário de Polícia Civil do Rio, Marcos Heusi, anunciou ontem o prosseguimento das escavações no terreno da chamada "Casa das Mortes", em Petrópolis (RJ), apontada pelo ex-tenente-médico Amílcar Lobo como prisão clandestina no início da década de 70. Na última quarta-feira, o procurador-geral da Justiça Militar em Brasília, Eduardo Pires Gonçalves, vetou o pedido de abertura de Inquérito Policial Militar (IPM) feito pelo promotor Paulo César de Siqueira Castro, da 1ª Auditoria do Exército, para apurar torturas a presos políticos no local.

Iniciativa popular — As dioceses e paróquias da Igreja Católica no Rio Grande do Sul começarão a coletar no próximo domingo, durante as missas, assinaturas para possibilitar a apresentação de emendas ao Congresso constituinte. A iniciativa (denominada "Domingo da Constituição") "deverá ser um dia de sadio e ativo patriotismo", segundo o presidente da Regional Sul-3 da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) e ex-presidente nacional da entidade, d. Ivo Lorscheiter, 59, bispo de Santa Maria (RS).

Constituinte - A presidenta do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher, Jacqueline Pitanguy, disse ontem, em Brasília, que mais de 90% das sugestões enviadas pelo órgão ao Congresso constituinte foram aproveitadas nos relatórios das comissões e subcomissões temáticas —entre elas, a definição do crime de discriminação sexual como inafiançável.

Sodré - Em comunicado conjunto assinado ontem no Cairo (capital egípcia), os ministros das Relações Exteriores do Brasil, Abreu Sodré, e do Egito, Esmat Abdel-Meguid, declararam-se a favor da realização de uma conferência internacional para a paz no Oriente Médio. Os dois países defendem a realização de uma conferência patrocinada pelas Nações Unidas, com a participação de todas as partes envolvidas nos conflitos da região.

*SADATT, *LIMAZAR, *GAI CHAGALL, *MORAFIC WAZAN, *BAY FAYEK, *NEJNIY, KARADJORDJE, SERAFIX, *COBRAH, *L.F. FIREWATER, *IBN BANDOS, *SERENITY, MASHALLA, *HFS PHOENIX, *MASHALLAH, *SHOKRY, *ANSATA HALIM BAY, *SW BEZATIW, *PADRON'S IMAGE, *ANSATA EL TAREEF, *NV SURE FIRE, *BELMONT, *ST SIMON e *EL SHAKLAN.

Nomes que fazem parte dos pedigrees, dos ventres e dos produtos ao pé neste leilão.
Grandes nomes, Grande noite.

PALACE
Av. Jamaris, 213 - Moema

A Grande Noite do Cavalo Árabe

2ª feira, dia 15 de junho, 20:00hs.
Apresentação dos animais: Domingo, dia 14 de junho às 18:00hs., Hípica Paulista

SEVEN
Informações e reservas
Tels.: (011) 864-1033 e 864-9664